

A RELAÇÃO ENTRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL



LUCIANA DOS SANTOS CAETANO FARIAS

Graduação em Pedagogia, pela Faculdade Morzartem de São Paulo (2011); Especialista em Psicopedagogia na Educação pela Universidade Paulista - UNIP (2015); Professora de Educação Infantil - No CEI Jardim Taipas.

RESUMO

Este estudo apresenta a relação entre Projeto Político Pedagógico - PPP e a inclusão na Educação Infantil, descrevendo esse projeto como norteador de todas as ações inclusivas da escola, de modo a orientar a prática educativa eliminando as barreiras que impedem a participação das crianças nas vivências e experiências da escola de Educação Infantil. Sabe-se que o PPP é um documento norteador do processo de aprendizagem e do trabalho pedagógico, nesse sentido, esse documento é um aliado da escola, funcionando como um mapa que traz as ações, objetivos e metas para promover a inclusão e definir o papel dos profissionais que se ocupam com o acolhimento das crianças com deficiência, transtorno do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Tem-se como problema de a pesquisa querer saber, qual a relação entre PPP e a inclusão na Educação Infantil? O objetivo geral deste estudo, é apresentar a relação entre o PPP e a inclusão na Educação Infantil. A metodologia escolhida para a construção do presente estudo, foi a revisão da literatura, que ocorreu por meio da pesquisa bibliográfica, com a leitura de livros e artigos científicos, que permitiram a sua dissertação. O resultado mais significativo encontrado durante a pesquisa foi a compreensão de que o PPP é um projeto norteador das ações da Educação Inclusiva, documento de grande importância que prevê em seu texto os recursos materiais, tecnológicos, espaços e ações, que pauta também a concepção de infância e de Educação, para que o trabalho pedagógico aconteça de modo que todas as crianças tenham garantido o direito a Educação Infantil de qualidade e sem barreiras que dificultem as suas aprendizagens.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Educação; Projeto; Diálogo; Ações.

INTRODUÇÃO

Fazer uma reflexão sobre a relação entre o Projeto Político Pedagógico – PPP e a inclusão na Educação Infantil, é fundamental para compreender as ações da escola frente a Educação Inclusiva. Sabe-se que na Unidade Educativa, o PPP é um documento norteador do processo de aprendizagem e do trabalho pedagógico, nesse sentido, esse documento é um aliado da escola, funcionando como um mapa que traz as ações, objetivos e metas para promover a inclusão e definir o papel dos profissionais que se ocupam com o acolhimento das crianças com deficiência, transtorno do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

É por meio do PPP que é possível conhecer a escola de Educação Infantil como um todo, no sentido de buscar a sua concepção de educação e desenvolvimento humano, que são pontos de partida para uma prática pedagógica inclusiva. O processo de inclusão deve ser planejado, desde o início do ano e está disponibilizado no PPP em forma de projeto de ação, para que todas elas estejam voltadas as especificidades das crianças com deficiência, transtorno do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, com flexibilidade, diálogo e uma gestão participativa para que todos possam de envolver no projeto da inclusão.

A elaboração desse estudo se justifica pela curiosidade em buscar compreender a relação entre o PPP e a inclusão na Educação Infantil. Compreendendo que o PPP é um norteador do trabalho pedagógico, que orienta as ações para uma educação inclusiva. Compreende-se também o PPP como uma ferramenta que vai além do currículo, trazendo as diretrizes de ações que devem orientar a comunidade escolar, principalmente para a educação inclusiva.

O objetivo geral deste estudo foi apresentar a relação entre o PPP e a inclusão na Educação Infantil. Os objetivos específicos foram: descrever a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, contextualizar a Educação Inclusiva, apresentar o PPP e sua relação com a inclusão na Educação Infantil.

Nesse sentido, o problema da pesquisa esteve em querer saber, qual a relação entre PPP e a inclusão na Educação Infantil?

A metodologia da pesquisa escolhida para o desenvolvimento desse estudo foi a pesquisa bibliográfica, que é definida como a análise de livros e artigos científicos já publicados, que fornecem ao pesquisador uma bagagem teórica, com informações e conhecimentos com base científica, visando a aquisição do repertório que possibilita a elaboração do estudo, nesse sentido, a realização da leitura de livros e artigos científicos foram necessários para escrever este artigo. O período de busca dos livros e artigos científicos que foram utilizados para a elaboração do presente estudo, foram autores que escreveram nos últimos vinte anos, dessa forma, a seleção dos livros foi feita a partir do ano 2000 até a presente data, com o critério de teorias recentes para refletir sobre o tema.

O estudo está organizado em três tópicos para a melhor compreensão do tema e resolução do problema da pesquisa, sendo que no primeiro tópico descreveu-se a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, de modo a explicar cada uma delas. No segundo tópico contextualizou-se a Educação Inclusiva, com a finalidade de apresentar a relação entre o PPP e a inclusão na Educação Infantil.

terceiro tópico apresentou-se o PPP e sua relação com a inclusão na Educação Infantil, explicando a sua importância para o acolhimento do público-alvo da Educação Especial.

A pesquisa apresenta relevância científica à prática pedagógica, porque busca contribuir com a produção de conteúdo científico que poderá ser utilizado como material de estudos para a formação de professores, no sentido de prover uma reflexão sobre a relação entre o PPP e a inclusão na Educação Infantil, permitindo a compreensão das ações específicas para a eliminação das barreiras que impede o acesso a aprendizagem.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, segundo Bueno (1993, p. 67) passa a integrar o Projeto Político Pedagógico da escola regular, promovendo “o atendimento as crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”.

Segundo Bueno (1993, p. 67) a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva se caracteriza como uma “modalidade de ensino, cuja intencionalidade é promover o desenvolvimento de habilidades das pessoas com deficiência, perpassa todos níveis e etapas da educação básica, complementando a Educação regular”.

Jannuzzi (2000) define a Educação Especial no Brasil, como uma modalidade da educação, com um:

Enfoque de atendimento especializado e segregado, que é conhecido no campo educacional como Educação Especial. Esse modelo de educação no Brasil tem sido notado como um desafio para os profissionais da educação e os profissionais especializados que trabalham com a Educação Especial devido ao contexto de trabalho nessa modalidade de educação, principalmente pela falta de recursos especializados para o atendimento especial dos alunos com deficiência (JANNUZZI, 2000, p. 75).

A Educação Especial é uma modalidade da Educação, que segundo Jannuzzi (2000, p. 75) pressupõe um “professor especializado, que possui formação específica na área de deficiência para o atendimento que desenvolve junto a esse público-alvo”.

De acordo com Jannuzzi (2000) a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é caracterizada como uma:

Sala de recurso especializado ou centros especializados que atendem com atividades específicas os alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A oferta de Educação Especial tem início na Educação Infantil perpassando o ensino fundamental, que por meio de recursos adequados, buscam compreender as potencialidades dos alunos com deficiências e trabalhar fornecendo subsídios para o desenvolvimento (JANNUZZI, 2000, p. 76).

A Educação Especial é oferecida em sala de recursos especializados e para tanto oferece atividades especializadas e atividades específicas que contribuem para o desenvolvimento dos alunos com deficiência. Segundo Jannuzzi (2000, p. 76) a Educação Especial é oferecida na Educação Básica desde a Educação Infantil, aspecto relevante do ponto de vista do desenvolvimento, em que o “professor especializado buscará desenvolver serviços educacionais, com recursos específicos,

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, institui a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em seu Art. 58, como consta: “Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (BRASIL, 1996).

Segundo Mantoan (2003) existem diferenças significativas nos conceitos entre Educação Especial e Educação Inclusiva, como segue:

A Educação Especial atende a educação dos alunos que apresentam algum tipo de deficiência, sua intervenção se dá por meio de instituições especializadas, ou seja, os alunos públicos alvos dessa instituição estão separados dos alunos da escola comum e são atendidos por um profissional especializado, que trabalha especificamente com a deficiência ou necessidade apresentada. A Educação Inclusiva permite a participação de todos os alunos em escola de ensino regular, independentemente de suas diferenças, deficiências ou necessidades (MANTOAN, 2003, p. 65).

Compreender a diferença entre Educação Especial e Educação Inclusiva é relevante do ponto de vista do ensino e da aprendizagem dos alunos, isso porque para Mantoan (2003, p. 65) cada uma delas traz uma “concepção que deve ser colocada em prática no atendimento aos alunos”.

Segundo Mantoan (2005, p. 65) a Educação Inclusiva possibilitou uma “abertura da escola para a diversidade, nesse sentido suas ações devem contemplar a todos, constituindo-se um espaço de exercício da democracia”.

CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com Carvalho (2011, p. 121) a inclusão escolar implica uma reforma constante da Unidade Educativa a partir do currículo escolar, da avaliação do trabalho pedagógico e das formas de agrupamento das crianças nas salas de aula. “É preciso que a escola acolha a diversidade, para isso é fundamental uma mudança de valores, que permita que todos sejam bem-vindos em seus espaços educativos”.

Segundo Carvalho (2011) a educação escolar contemporânea tem se focado na Educação Inclusiva, como um modelo de educação com menos segregação, porque esse modelo de Educação Inclusiva atente:

Todos os alunos, independente da sua condição orgânica, afetiva, econômica e cultural, que são inseridos na escola regular. Inclusive os alunos com deficiência, transtorno de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, antes atendidos somente pela Educação Especial, passam agora a conviver juntos no mesmo espaço de sala de aula, separados apenas pela idade/série (CARVALHO, 2011, p. 121).

A Educação Inclusiva possibilita o atendimento escolar a todos os alunos, na escola regular e tem como princípio o respeito a diversidade humana. Segundo Carvalho (2011, p. 121) a Educação Inclusiva é caracterizada como um “paradigma educacional e sua concepção tem fundamento nos direitos humanos que prevê a equidade de direitos a uma educação de qualidade a todos os alunos”.

A Educação Inclusiva, de acordo com Carvalho (2011, p. 122) consiste em uma possibilidade

“alunos com deficiência, mas para todos os alunos, pois todos têm direito a uma educação que respeite a diversidade humana e as necessidades de aprendizagem que cada aluno tem em sua vida escolar”.

A Educação Inclusiva e sua concepção baseada nos princípios dos Direitos Humanos são novas no cenário da educacional brasileiro. Na década de 90 houve um grande marco para a Educação Inclusiva, principalmente com a promulgação da Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que determinou na época, que pessoas com deficiências fossem incluídas em escolas do ensino regular.

Rodrigues (2005) escreve que na escola regular é essencial se pensar em ações inclusivas, isso por quê:

No contexto educacional brasileiro, torna-se imprescindível construir um modelo de inclusão que respeite as grandes diferenças e carências regionais desse nosso país de dimensões continentais. Igualmente, é inegável que a condição de pertencermos país em vias de desenvolvimento acentua a complexidade do processo, pois 2,5 milhões de brasileiros apresentam algum tipo de incapacidade (limitação para determinada atividade). Isso significa que 14,5% da população brasileira são possíveis beneficiários das leis e programas (RODRIGUES, 2005, p.15).

Entretanto, como apontado pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, esta política que apresenta a necessidade da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular não prevê apenas a inserção desses alunos na escola, mas busca acima de tudo, a valorização desses alunos em seus paradigmas e dificuldades, além do desenvolvimento real de suas vidas, respeitando acima de tudo, suas diferenças.

De acordo com Rodrigues (2005, p. 15) a inclusão escolar deve abranger as escolas públicas e privadas também. Além disso, as escolas devem assegurar uma “resposta educativa adequada às necessidades dos alunos em todos os processos pedagógicos, a fim de prestarem os serviços especializados necessários a estas atividades”.

Nesse sentido, não basta à escola receber as crianças com deficiências, é preciso que ela se organize, planeje e coloque em ação atividades para que os alunos aprendam e se desenvolvam em todos os aspectos pedagógicos, de modo a interagir no processo de ensino e aprendizagem.

Para Mantoan (2003) a Educação Inclusiva surge no Brasil como um novo paradigma da educação que:

Promoveu grandes transformações conceituais e organizacionais no sistema de ensino. Adequando a escola regular com os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos expressa na Constituição Federal de 1988 que universalizou o acesso e a permanência de todos os brasileiros a escola regular (MANTOAN, 2003, p. 67).

Segundo Lima (2002) a proposta de educação para a inclusão não surgiu por acaso, vários fatores levaram a repensar o modelo de educação especial e se mostram através de políticas públicas no intuito de tentar sanar o problema da exclusão na educação pública, como afirma:

No Brasil, foram coletados dados alarmantes que se constituem em elementos de essencial relevância para o entendimento do surgimento da proposta de inclusão. São eles: (a) a frustração na aula, a evasão e a repetência, especialmente das crianças pobres; (b) o aumento da demanda para a implementação de classes e escolas especiais, sobretudo na década

de ensino. As demandas dos movimentos sociais confluíram para a elaboração de uma Constituição Federal que incorporasse os anseios que se desenvolviam em associação à educação para a diversidade (LIMA, 2002, p. 42).

De acordo com Lima (2002, p. 42) a inclusão escolar tem pontos fundamentais que visam as suas “ações frente aos alunos, com a diversidade, envolvendo as crianças e direcionando o ensino de forma a atender a diversidade, de modo que se configurem a demanda dos movimentos sociais”.

Para Lima (2002, p. 42) a proposta da inclusão no Brasil necessitou de intervenções, baseadas em “leis e políticas públicas, que foram criadas para a sua implementação na educação regular, aspecto importante para a história da educação e principalmente para o público-alvo que compõem a inclusão escolar”.

A RELAÇÃO ENTRE PPP E A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O Projeto Político Pedagógico é um documento da escola que propõe uma direção política e pedagógica ao trabalho escolar, fórmula metas, prevê ações, institui procedimentos e instrumento de ações.

Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 470) toda organização escolar precisa de um plano de trabalho que indique os “objetivos e os meios de execução, superando a improvisação e a falta de rumo, a atividade de planejamento resulta, portanto, naquilo que aqui denominamos de Projeto Político Pedagógico”.

O Projeto Político Pedagógico, de acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) é pedagógico por quê:

Fórmula objetivos sociais e políticos e meios formativos para dar uma direção ao processo educativo, indicando por que e como se ensina e, sobretudo, orientando o trabalho educativo para as finalidades sociais e políticas almejadas pelo grupo de professores (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2012, p. 471).

O Projeto Político Pedagógico, de acordo com Libâneo (1998, p. 119) deve expressar uma atitude pedagógica, que consiste em “dar sentido, um rumo, às práticas educativas, onde quer que sejam realizadas, e firmar as condições organizativas e metodológicas para a viabilização da atividade educativa”.

Para Vasconcellos (2012) o Projeto Político Pedagógico é uma “elaboração coletiva, em que as opiniões daqueles que fazem parte da comunidade escolar devam ser consideradas”. Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico só terá sentido se eu, professor, entender a inteireza, a beleza da profissão que escolhi. O processo de sua construção é um processo de formação dos professores que dele participam.

O Projeto Político Pedagógico consiste em um documento que se apresenta para a instituição escolar como um plano integral, é nele que é possível encontrar a concepção de Educação Infantil, o trabalho com a diversidade, com a inclusão e os recursos financeiros e pedagógicos para colocar em prática o ensino e aprendizagem.

Segundo Gadotti (1996, p. 33) as características do PPP é de ser um projeto que “transforma e unifica as práticas pedagógicas na instituição escolar, norteando as ações dos professores, em suas tomadas de decisões quando se trata do objetivo maior da educação que é a aprendizagem dos estudantes”.

Por este motivo, é que o Projeto Político Pedagógico é de construção coletiva de todos os atores da comunidade escolar, principalmente dos docentes que ao auxiliar na sua construção são formados por ele, isso porque sua construção tende a diminuir o processo de mudança, processo esse que tem muita resistência entre os docentes, nesse sentido, segundo Gadotti (1996, p. 33) a sua elaboração deve ser “coletiva, para que favoreça a criação de alternativas e de propostas que favoreçam as mudanças necessários daquele coletivo de professores”.

Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) o Projeto Político Pedagógico também é curricular, porque:

Propõe, também o currículo, o referencial concreto da proposta pedagógica. O currículo é o desdobramento do projeto pedagógico, ou seja, a projeção dos objetivos, orientações e diretrizes operacionais previstas nele. Mas, ao pôr em prática esse projeto, o currículo também o realimenta e o modifica. Supõe-se, portanto, estreita articulações entre o projeto pedagógico e a proposta curricular, a fim de promover um entrecruzamento dos objetivos e estratégias para o ensino – formulados com base na identificação de necessidades e exigências da sociedade e do aluno, mediante critérios filosóficos, políticos, culturais e pedagógicos – com as experiências educacionais a ser proporcionadas aos alunos por meio do currículo (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2012, p. 471).

Ressalta-se que o Projeto Político Pedagógico é um documento que reproduz as intenções da equipe escolar, cuja viabilização necessita, segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 471) “das formas de organização e de gestão. Não basta ter o projeto, é preciso que seja levado a efeito. As práticas de organização e de gestão executam o processo organizacional para atender o projeto”.

Cada escola tem autonomia para a elaboração e construção do seu projeto Político Pedagógico, que é legitimado pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96 que possibilita a construção coletiva do PPP, garantindo a autonomia das unidades escolares em sua elaboração, como consta em seu Art. 12: “Os estabelecimentos de ensino respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica”. (BRASIL, 1996). No Art. 13 expressa de forma clara o comprometimento dos professores em participar da sua construção, enfatizando: “Os docentes incumbir-se-ão de: I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”. (BRASIL, 1996).

Segundo Gadotti (1996, p. 33) os objetivos, as metas e os procedimentos são fundamentais na construção de uma proposta pedagógica, mas é preciso diálogo, porque esses pontos sozinhos não geram mudanças no coletivo da escola. “É preciso uma construção do PPP coletiva, comprometida com a intencionalidade de constituir e implementar o novo, visando mudanças e atualizações constantes, levando em consideração a escola, sua identidade, seu território, seu histórico, entre outros pontos”.

Não existe um padrão único para construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, cada escola tem autonomia para construir o seu, acompanhá-lo, executá-lo e avaliá-lo periodicamente, revisitando-o e acrescentando decisões que forem tomadas pelo coletivo da escola.

A construção do Projeto Político Pedagógico pressupõe diálogo e gestão democrática, para isso é fundamental a participação da comunidade escolar e sua colaboração para a sua construção. É fundamental que discutam seus interesses e necessidades e a possibilidade de revisitá-lo a qualquer momento para ampliar as ações.

Segundo Gadotti (1996) o Projeto Político Pedagógico tem caráter inconcluso e por isso a necessidade de revisão, para a atualização ao longo do ano letivo desse documento norteador, como segue:

Não nega o instituído na escola que é sua história, que é o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o conjunto dos seus atores internos e externos e o seu modo de vida. Um projeto sempre confronta esse instituído com o instituinte. Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola (GADOTTI, 1996, p. 34).

Portanto, o projeto Político Pedagógico se constitui como um documento em constante processo de revisão, atualização e modificação, o que não é fechado, é flexível, está em constante revisão para o seu aperfeiçoamento e é caracterizado como um norteador do trabalho pedagógico da instituição escolar. Assim, necessita de atuação crítica da comunidade escolar para que cumpra o seu propósito em contribuir para uma educação de qualidade para as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento da presente pesquisa foi possível entender a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, ao qual sua intenção é a de promover o atendimento às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Compreendeu-se também que a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva se caracteriza como uma modalidade de ensino, cuja intencionalidade é promover o desenvolvimento de habilidades das pessoas com deficiência, perpassa todos níveis e etapas da educação básica, complementando a Educação regular.

No decorrer do presente estudo, houve a necessidade de contextualizar a Educação Inclusiva, para a compreensão das suas ações frente a todas as crianças da escola regular. Entendo que a Educação Inclusiva possibilita o atendimento escolar a todas as crianças, na escola regular e tem como princípio o respeito a diversidade humana. Descreveu-se também que a Educação Inclusiva é caracterizada como um paradigma educacional e sua concepção tem fundamento nos direitos humanos que prevê a equidade de direitos a uma educação de qualidade a todas as crianças.

As pesquisas realizadas permitiram apresentar o Projeto Político Pedagógico como uma construção coletiva de todos os atores da comunidade escolar, principalmente dos docentes que ao auxiliar na sua construção são formados por ele, isso porque sua construção tende a diminuir o processo de mudança, processo esse que tem muita resistência entre os docentes, nesse sentido, a sua elaboração deve ser coletiva, para que favoreça a criação de alternativas e de propostas que favoreçam as mudanças necessários daquele coletivo de professores.

entre o PPP e a Educação inclusiva, ressaltando que esse é um projeto de grande importância que orienta as ações da equipe escolar em relação a inclusão, com ações, objetivos e metas a serem perseguidos por todos.

Portanto, conclui-se que o PPP é um projeto norteador das ações da Educação Inclusiva, documento de grande importância que prevê em seu texto os recursos materiais, tecnológicos, espaços e ações, que pauta também a concepção de infância e de Educação, para que o trabalho pedagógico aconteça de modo que todas as crianças tenham garantido o direito a Educação Infantil de qualidade e sem barreiras que dificultem as suas aprendizagens.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Educação Básica**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

GADOTTI, M. **O projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania**. In: Revista de Educação, Ciência e Cultura. Canoas: Centro Educacional La Salle de Ensino Superior (CELES), 1996. V. 1, n. 2.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas: Editores Associados, 2000.

LIBÂNEO, J. C. OLIVEIRA, J. F. TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, P. A. **A concepção sócio-histórica e as perspectivas de inclusão das pessoas com necessidades especiais na escola.** Belo Horizonte: UFMG E PUC-MG, 2002.

MANTOAN, M. T. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. **Os desafios e as diferenças na escola.** Petrópolis: Vozes, 2005.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência.** São Paulo: Memnon, 2003.

RODRIGUES, D. **Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais.** Santa Maria: UFSM, 2005.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico.** São Paulo: Libertad, 2012.